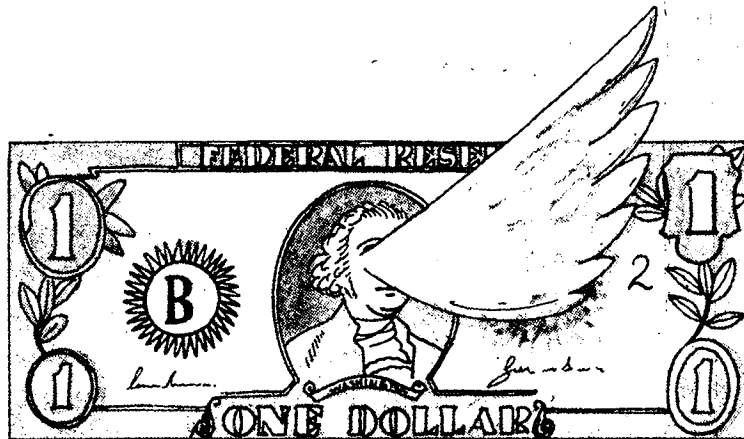


Os obstáculos para reativar fluxo de capitais

Somente com a adoção de uma política econômica séria é que será possível retomar os investimentos estrangeiros no País

No início da década, foi a crise da dívida externa e seus variados efeitos, das desgastantes renegociações com os credores às crescentes dificuldades para cobrir o vencimento dos juros. Depois, vieram ajustes e políticas econômicas equivocadas. Enfim, a seqüência de tempestades que se abateu sobre a economia brasileira nos anos 80, somada à discriminação ao capital estrangeiro introduzida na Constituição que vigora desde 1988, rompeu definitivamente o dique de confiança da comunidade internacional. Agora, a reconstrução de uma ponte de credibilidade com os investidores estrangeiros requererá do próximo presidente da República um árduo trabalho de engenharia.

Se entre 1978 e 81 o ingresso líquido de investimentos estrangeiros no País ficou na média anual de US\$ 1 bilhão, o ano de 1989 deverá fechar com um saldo negativo de US\$ 2,2 bilhões, resultado da ponderação entre empréstimos, investimentos, amortizações, remessas de lucros e dividendos e repatriação de capitais. Somente no primeiro semestre, as empresas estrangeiras remeteram para as matrizes US\$ 2 bilhões a título de lucros e dividendos, o que levou o Banco Central a reutilizar o



mecanismo da centralização do câmbio para estancar a sangria.

Já em 1988, a remessa de lucros havia somado US\$ 1,539 bilhão, conforme números do Banco Central, com um aumento expressivo em relação aos US\$ 941 milhões registrados em 1987. E esse movimento ganha contornos mais robustos quando somado à repatriação de capital,

que chegou ao recorde de US\$ 761,7 milhões em 1986, diminuindo para US\$ 290 milhões em 88 e US\$ 271 milhões de janeiro a maio últimos.

Parte das remessas, é certo, foi transformada em reinvestimento através de operações formais ou informais de conversão da dívida externa. No primeiro semestre deste ano, por exemplo, as estatísticas do BC apontavam um total de US\$ 1,48

bilhão como resultado da transformação da dívida em capital de risco. De qualquer forma, o novo traçado geoeconômico do mundo é impiedoso ao mostrar a falta de competitividade brasileira na atração de capitais estrangeiros: as últimas estatísticas disponíveis no Banco Central registram um estoque de investimentos e reinvestimentos de US\$ 31,282 bilhões até março de 1988, enquanto a Espanha recebeu US\$ 34 bilhões em apenas três anos.

É verdade que o atual fluxo de capitais se movimenta em sua maior parte entre os países desenvolvidos. De acordo com o Centro das Nações Unidas para as transnacionais, entre 1981 e 1987, o volume de investimentos entre países passou de US\$ 50 bilhões para US\$ 150 bilhões anuais, três quartos dos quais entre nações ricas e apenas 21% para o Terceiro Mundo. Mas para um país que financiou boa parte de seu desenvolvimento econômico com poupança estrangeira, como o Brasil, a retração teve reflexos dramáticos: a queda de sua taxa de investimento de 22% para 17% do PIB entre a década de 70 e os anos 80.

Mas não foram só os investidores estrangeiros que mostraram sua desconfian-

ça em relação ao Brasil. Os próprios brasileiros mostraram graves índices de desconfiança — ou de “jeitinho” —, ao remeter ilegalmente suas fortunas para fora do País. Cálculos recentes do Banco de Pagamentos Internacionais, com sede em Basileia, Suíça, mostram que a evasão de capitais do Brasil chegou a US\$ 32,1 bilhões entre 1978 e 1987 — quase um terço da dívida externa.

Qualquer plano de retomada do desenvolvimento brasileiro exigirá do próximo presidente da República a restauração de um fluxo positivo e crescente de capitais externos, recomenda o embaixador Rubens Ricúpero, representante brasileiro junto ao Gatt. O saneamento e a estabilidade da economia serão condições básicas para atrair novos investimentos. Mas será preciso ainda, recomenda, abrir a economia às importações e direcionar os recursos para áreas carentes de modernização. Enfim uma costura estratégica que molde o aumento da competitividade do Brasil no comércio mundial e que engaje o País em um novo mapa-mundi, formado por blocos econômicos que exigirão cada vez mais eficiência e sofisticação de seus parceiros comerciais.